

"Partido Democrata auxiliará Brasil"

por Cecília Costa
do Rio

Não será por falta de auxílio do partido democrata dos Estados Unidos que o Brasil deixará de fechar no ano que vem um pacote de reescalonamento da dívida externa que implique a redução da transferência líquida de recursos para o exterior.

Segundo um influente democrata, Richard Gardner, professor de Direito e Organização Internacional da Universidade de Colômbia, que serviu como embaixador dos Estados Unidos na Itália de 1977 a 1981 e foi vice-secretário de Estado adjunto para assuntos de organizações internacionais nos governos Kennedy e Johnson, o partido, que detém a maioria no Congresso, veria com bons olhos o fechamento de um acordo em 1987 que beneficiasse o Brasil, "mais ou menos nos moldes obtidos pelo México".

E se o Brasil vê o Fundo Monetário Internacional (FMI) como "persona non grata", não abrindo mão dessa posição, "por que não recorrer ao Banco Mundial como intermediário na negociação?", inda-

gou, tendo comentado que será inevitável o respaldo de alguma instituição financeira internacional para que credores oficiais e banqueiros internacionais aceitem o risco de um reescalonamento de mais longo prazo.

Se na questão da dívida externa Gardner — que preside uma instituição privada de pesquisa, Aspen Institute for Humanistic, da qual participa Paul Volcker, o presidente do Federal Reserve (o banco central dos EUA) — é otimista, o mesmo não acontece em relação ao protecionismo comercial. Segundo afirmou durante conferência realizada na Fundação Getúlio Vargas, "1987 será o ano de debates no Congresso norte-americano sobre comércio internacional". E entre as questões que preocupam os democratas e também as autoridades governamentais de seu país estão as trocas referentes a produtos agrícolas e serviços.

Ele prevê que ao longo do próximo exercício os artigos da Seção nº 301, que estabelecem retaliações a parceiros comerciais dos EUA, se tornarão ainda

mais rígidos, atingindo principalmente o Japão e também o Brasil, caso não pratique uma maior abertura na informática. "O governo brasileiro, se quer captar mais recursos diretos no exterior, tem de estimular a formação de 'joint-ventures' entre empresas norte-americanas e empresas nacionais", afirmou

O certo é que os Estados Unidos não poderão continuar a ser um país aberto, comercialmente, diante da perspectiva de um déficit comercial cada vez mais elevado (está em torno de US\$ 170 bilhões). "Aos poucos", disse Gardner, "os EUA vão defrontar-se com um serviço da dívida externa de US\$ 50 bilhões, tendo de sair dessa posição de deficitário para a de detentor de um superávit da ordem de US\$ 220 bilhões. Trata-se de uma virada inimaginável, que terá repercussões negativas sobre seus atuais parceiros comerciais.

O embaixador também não acha boas as perspectivas para o déficit orçamentário de seu país. Assim como vem ocorrendo no Brasil, para contê-lo o governo norte-americano terá de

baixar medidas muito duras. Várias propostas estão em debate, mas ele não crê que sejam adotadas. Entre elas, destacam-se um aumento no preço da gasolina de US\$ 40 cents (o que representaria elevação na arrecadação fiscal de US\$ 40 bilhões) e o fim da indexação para os beneficiados

pela previdência social. "Como os norte-americanos amam muito seus carros e não gostariam do aumento na gasolina, é provável que essas medidas não sejam baixadas e que o déficit orçamentário continue elevado nos próximos anos." Consequentemente, Gardner

teme a longo prazo por uma nova elevação de juros, a fim de atrair investimentos externos. Adiantou também que Volcker desarta a hipótese de desvalorizações acentuadas do dólar, a curto prazo. "No máximo, mais uns 5%" em relação às moedas europeias.